

Contas públicas Incorporação de passivo da Petrobras com fundo de pensão ajudou a explodir débito em janeiro

Dívida bate recorde e vai a 55,2% do PIB

Mônica Izaguirre
De Brasília

O robusto superávit primário de R\$ 5,45 bilhões obtido pelo setor público em janeiro não impediu que sua dívida líquida batesse em 55,2% do Produto Interno Bruto — um recorde — e fechasse o mês em R\$ 685,28 bilhões. A cobertura de um rombo de mais de R\$ 8 bilhões no fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a desvalorização cambial e a conta de juros provocaram sobre a dívida um impacto muito além do que o saldo positivo entre receitas e despesas primárias (estas excluem encargos financeiros) seria capaz de neutralizar.

Os números foram divulgados ontem pelo Banco Central, que acredita num recuo da dívida para 54% do PIB até fim do ano. Em apenas um mês, a dívida deu um salto de R\$ 24,42 bilhões em janeiro, subindo proporcionalmente mais do que o PIB estimado pelo BC. Ao final de 2001, o endividamento líquido da União, Estados, municípios e empresas estatais estava de R\$ 660,86 bilhões, cifra então equivalente a 53,4% do produto estimado.

A desvalorização cambial, que ha-

via dado uma trégua às contas públicas no final do ano passado, voltou a pesar e provocou um impacto de quase R\$ 13,5 bilhões sobre a dívida. Só a correção cambial sobre títulos internos indexados ao dólar respondeu por uma parcela de R\$ 7,29 bilhões deste total. O aumento de 4,22% na taxa de câmbio em janeiro resultou também em elevação do saldo em reais da dívida pública externa, provocando um efeito R\$ 6,2 bilhões no endividamento líquido.

O BC considerou nesses cálculos apenas a variação cambial sobre o estoque remanescente da dívida, ou seja, a parte do efeito cambial que considera reversível caso o dólar volte a cair. A variação cambial sobre a parte da dívida que venceu e foi paga no mês é computada pelo BC como parte das despesas de juros. Pouca inferior a de igual mês do ano passado, a conta de juros chegou a R\$ 8,1 bilhões em janeiro deste ano — R\$ 6,83 bilhões só sobre a dívida interna.

Tão irreversível quanto a incidência de juros foi o impacto do rombo da Petros. Para regularizar a situação do fundo de pensão de seus empregados, a Petrobras injetou na entidade de R\$ 8,04 bilhões no mês passado, entregando ao fundo títulos fede-

rais. Como se trata da transferência de ativos de uma empresa estatal para uma entidade privada, houve efeito direto sobre a dívida líquida do setor público.

O secretário adjunto de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Luiz Rondon, informou que, com o aporte feito pela Petrobras, fica resolvido o problema de desequilíbrio patrimonial da Petros. Segundo ele, não haverá necessidade de aportes complementares. Pela legislação, disse ainda Rondon, a empresa era obrigada a capitalizar o fundo, que, caso contrário, não teria como bancar suas obrigações no futuro (aposentadorias e pensões).

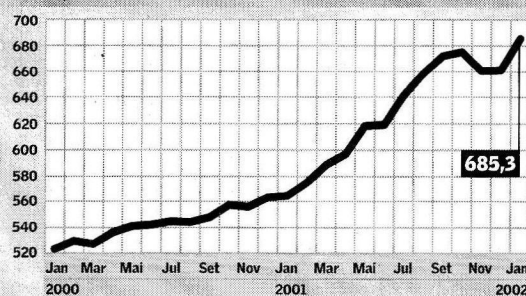
O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, classificou a operação como mais uma “incorporação de esqueletos”, ou seja, o reconhecimento de um passivo que já existia antes, mas que não aparecia nas estatísticas fiscais. Também entraram na contabilidade da dívida líquida em janeiro a securitização, pelo Tesouro, de R\$ 364 milhões em dívidas agrícolas e de R\$ 47 milhões em débitos do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

No total, a conta de esqueletos já reconhecidos desde 1996 alcança

Alta persiste

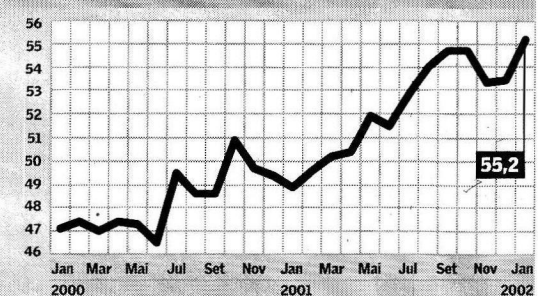
Dívida líquida do setor público

Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central e Valor Pesquisa Econômica.

Em % do PIB



quase R\$ 99 bilhões. Uma pequena parcela da incorporação de “esqueletos” ocorrida no mês passado foi compensada pela privatização do Banco do Estado do Amazonas, que isoladamente provocou redução de R\$ 183 milhões na dívida líquida do setor público. O chefe do Depec argumenta que, além do efeito extraordinário dos “esqueletos” e da taxa de câmbio, houve outro fator que contribuiu para elevar a relação entre a dívida líquida e o tamanho da economia brasileira. O valor nominal do PIB estimado pelo BC (período de doze meses) variou pouco

de dezembro para janeiro (de R\$ 1,238 trilhão para R\$ 1,241 trilhão). Com esta variação, só a conta de juros já teria elevado a relação dívida/PIB, ainda que ligeiramente.

Para estimar o PIB, o BC leva em consideração a expectativa de crescimento real da economia (2,2% em 2001 e 2,5% em 2002) e um índice de inflação (IGP-DI centrado). Na medida em que saírem números definitivos do IBGE e que o ritmo de crescimento for se acelerando, Lopes acredita que a relação dívida/PIB voltará a cair. A dívida deverá fechar 2002 em 54% do PIB, aposta.

Embora o setor público como um todo tenha gerado superávit primário, as estatais federais especificamente apresentaram déficit primário, de R\$ 2,678 bilhões, em janeiro. Ou seja, mesmo descontando despesas com encargos financeiros (juros e correção sobre dívida) e o reconhecimento de “esqueletos”, os gastos destas empresas superaram as receitas no mês. Lopes explicou que parte relevante deste déficit (cerca de R\$ 1 bilhão) foi um efeito meramente contábil, referente ao resgate de papéis do Tesouro Nacional que estavam com a Petrobras.